

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 07/05/2019

- [2ª Vara da Infância e da Juventude de Vila Velha instala núcleo de práticas restaurativas](#)
- [Ter uma família é o sonho compartilhado pelos irmãos Kauã e Everton](#)
- [Na mídia - Magistrado analisa situação dos menores envolvidos em crimes no RS](#)
- [Na mídia - Magistrado analisa situação dos menores envolvidos em crimes no RS](#)
- [AJURIS participa do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa de Crianças e Adolescentes Desaparecido](#)
- [Exposição de artesanato de adolescentes da Funase entra em cartaz em shopping de Caruaru](#)

Assunto: 2ª Vara da Infância e da Juventude de Vila Velha instala núcleo de práticas restaurativas

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 07/05/2019



No espaço são realizados círculos para solucionar conflitos da comunidade e restaurar relações familiares

A 2ª Vara da Infância e da Juventude de Vila Velha agora conta com um Núcleo de Práticas Restaurativas, um espaço dedicado à realização de Círculos de Resolução de Conflitos e Círculos de Construção de Paz.

De acordo com a assistente social Nely Ferreira Rabelo Setúbal, os círculos restaurativos já são realizados na Vara há cerca de 2 anos, mas até então aconteciam na sala do Serviço Social. “Era um local bem apertado. A nova sala é maior, mais arejada, com cadeiras dispostas em forma circular e um computador que nos permite transmitir mensagens ou vídeos aos participantes”.

A servidora, que também é facilitadora em Justiça Restaurativa, explica que Núcleo atende a processos da própria Vara e a casos encaminhados pela Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo (Ciase), em que o adolescente é morador de Vila Velha. São, em sua maioria, conflitos familiares, como agressão de adolescentes contra pais e avós, e situações de violência e furtos em escolas.

“O círculo é uma oportunidade para vítima e agressor se expressarem. A finalidade não é punir, nem buscar culpados. O intuito é entender o que motivou aquele adolescente a cometer tal ato

infracional, tentar restaurar as relações familiares e prevenir que novos casos de violência aconteçam na comunidade”, disse Nely.

As práticas restaurativas ainda permitem que o jovem busque mudanças internas, por isso, qualquer pessoa da comunidade que conheça de perto a situação pode participar do círculo. Pode ser um membro da associação de moradores, um vizinho ou um amigo que possa sugerir alternativas e ajudá-lo nessa transformação de vida.

Ao final do círculo, se constrói um termo de acordo que é anexado aos autos do processo. “Nesse acordo o jovem pode se comprometer a estudar, a melhorar o comportamento em casa. E aí a equipe psicossocial da Vara passa a acompanhar, a fazer visitas domiciliares. Também buscamos parcerias para cursos, estágios e tratamento contra drogas”.

Para o juiz Marcelo Soares Cunha, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Vila Velha, os círculos restaurativos já promoveram resultados perceptíveis no município:

“Percebo que estamos conseguindo resolver questões que são muito mais problemas sociais do que criminais. São conflitos familiares dos quais decorrem práticas infracionais. Quando colocamos os personagens envolvidos para dialogar, podemos atingir a pacificação. Quando restauramos a afetividade que se perdeu ao longo do tempo, contribuimos para afastar a agressividade dos lares e da comunidade”, ressaltou o magistrado.

Programa Reconstruir o Viver

Os Círculos Restaurativos começaram a ser realizados em Vila Velha no ano de 2016, por meio do Programa Reconstruir o Viver, idealizado pela juíza Patrícia Neves, titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude do município.

Em julho de 2018, o Tribunal de Justiça do Estado abraçou a causa e publicou o Ato Normativo Conjunto nº 028/2018, instalando a Central de Justiça Restaurativa no âmbito dos Juízos da Infância e da Juventude e expandindo o programa para todo o Espírito Santo.

Os resultados dos Círculos nas escolas de Vila Velha são tão positivos, que em abril 2019, o município publicou a Lei Municipal de nº 6.132/2019, denominada juíza Patrícia Neves, em referência ao projeto de Justiça Restaurativa desenvolvido pela magistrada.

Assunto: Ter uma família é o sonho compartilhado pelos irmãos Kauã e Everton

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 07/05/2019



Kauã tem 13 anos, gosta de futebol, usar o computador, pular corda e praticar futsal e jiu-jitsu. É o irmão mais novo de Everton, de 14, que curte brincar, jogar totó e andar de bicicleta. Entre os sonhos para o futuro, os dois pensam em ser bombeiros ou veterinários; Kauã, até em ser jogador de futebol. Para o presente, no entanto, os dois querem a mesma coisa: uma família.

Para conectar sonhos como os dos irmãos Kauã e Everton com o daqueles que querem um filho por meio da adoção, nasceu o projeto Em Busca de um Lar. A iniciativa da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ/DF) dá visibilidade a crianças e adolescentes de unidades de acolhimento do DF cujo desejo é integrar uma família, mas que não correspondem ao perfil da maioria dos pretendentes a adoção – em razão da idade, por fazerem parte de grupos de irmãos ou por terem problemas de saúde.

Hoje há cerca de 130 crianças e adolescentes aguardando para serem adotados em instituições de acolhimento do DF e 543 famílias habilitadas no cadastro local. Saiba mais sobre o projeto no endereço abaixo:

<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2019/maio/vij-df-lanca-projeto-para-incentivar-adocao-de-criancas-e-adolescentes>

Assunto: Na mídia - Magistrado analisa situação dos menores envolvidos em crimes no RS

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 07/05/2019



O magistrado Charles Maciel Bittencourt, juiz da 3º Vara Regional da Infância e Juventude de Porto Alegre e diretor da AJURIS, foi um dos especialistas ouvidos pelo jornal Zero Hora em matéria sobre o perfil dos jovens infratores no Rio Grande do Sul. Na entrevista, publicada na edição especial do último final de semana (4 e 5/5), o magistrado destacou a importância da educação como ponto-chave para evitar o ingresso de menores no crime.

Confira a entrevista:

Qual é o perfil, em geral, dos jovens que se envolvem em atos infracionais?

Em regra, jovens que começam no ato infracional cedo não têm pensamento crítico, não permaneceram na escola, falta alimento, falta tudo que possa imaginar de subsistência. A família acaba se desestruturando por conta disso. Os jovens querem ter um tênis, uma camiseta. Coisas da idade. Ele também quer sentir que pertence a um grupo. Se não consegue na escola, qual grupo ele vai se envolver? O crime. A ausência da frequência na escola, aliada à vulnerabilidade e carência econômica, resulta no perfil dos jovens que cometem atos infracionais. O que o Estado não abraça o estado paralelo abraça. E, por óbvio, quem tem controle do crime organizado são os adultos. Infelizmente, utilizam como mão de obra os adolescentes.

Percebemos que a grande maioria dos internos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) tem atraso na escola. Qual o papel da educação para evitar que jovens se envolvam no crime?

Pergunto para os jovens que sentam à minha frente se estavam na escola ou não. E 90% não estavam indo na aula. É o meu levantamento. Podiam até estar matriculados, mas não estavam frequentando. O jovem que não desenvolve pensamento crítico é fácil de manipular. Já o jovem que está na escola, em regra, não está cometendo ato infracional. Ele está desenvolvendo senso crítico, está se relacionando com outras pessoas e sabe dizer não para o crime. Se não tiver a escola fortalecida, não vamos avançar. Quanto mais escolas fechamos, mais oportunidades para o crime vamos dar. Não pode faltar a vaga. Quando o jovem não tem muito conhecimento, não tem acesso à cultura, não tem acesso a um circuito onde pode se sentir pertencido, acaba no tráfico.

Parte desses jovens vive em áreas dominadas pelas facções que comandam o tráfico de drogas. O quanto isso impacta no desenvolvimento deles?

Muitos nem sequer conseguem circular nos bairros. Pode até não ter vinculação com o crime. Ele corre risco de vida por ser de determinado bairro, que é mantido pela facção tal. Hoje temos

dificuldade de trânsito, de territorialidade. Não temos mais atividade de lazer qualificada, as praças estão abandonadas. Uma que outra qualificada. Tem que ter segurança para o pobre e para o rico. Praças de periferia tem que ter segurança, ou não vão usar ou vão usar para cometer crime, vender drogas.

O senhor acredita que o cumprimento de medida socioeducativa pode garantir que o jovem não voltará a cometer ato infracional?

Se nós investirmos em oportunidades depois do fim da medida, como o Programa de Oportunidade e Direitos (POD) (no qual jovens têm acesso a oficinas e cursos profissionalizantes) por exemplo, sim. Necessitaríamos da criação de programas de oportunidade e direitos também para os que cumprem medidas em meio aberto. É preciso qualificar esses programas de acompanhamento após o cumprimento da medida. Seja pela aprendizagem e depois pelo emprego. Assim se consegue ter resultado positivo. É preciso também que a sociedade não os discrimine, dê vaga na escola, em curso e em trabalho. Os jovens que conseguem ultrapassar essas etapas, tenho muitos exemplos que estão muito bem.

E quais medidas acredita que são essenciais para evitar que eles ingressem no crime?

Um jovem na Fase custa R\$ 12 mil por mês. Por que esperar chegar nesse ponto? Temos políticas públicas preventivas na área de saúde e educação que devem ser melhoradas. Tem que dar bolsas para esses jovens, eles precisam de incentivo econômico. É quase que chover no molhado. Mas é a receita. Temos uma oficina de arte e inclusão na Fase, por exemplo, que transforma os jovens. Que transforma o sentimento, o respeito ao próximo. A arte gera isso. O respeito ao próximo. A arte transforma as pessoas. Temos que mudar a forma de encarar a educação. Muitos projetos sociais em periferias são exemplos disso, como a Orquestra Villa Lobos (que atende mais de 800 jovens na Lomba do Pinheiro). É fantástico.

Assunto: AJURIS participa do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa de Crianças e Adolescentes Desaparecido

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 07/05/2019



A AJURIS participou, nesta segunda-feira (6/5), do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. O diretor da AJURIS e juiz de Direito do Juizado da Infância e Juventude, Charles Maciel Bittencourt, participou da atividade, realizada na Assembleia Legislativa (ALRS), que é uma proposição do deputado Tenente-Coronel Zucco (PSL).

Diante do desaparecimento diário de 15 crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul e 17 mil nos últimos três anos, de 2015 a 2018, a Frente Parlamentar tem o objetivo de integrar a rede de proteção da infância e juventude, instituindo ações como o Banco de Dados de Reconhecimento Facial e Digital de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, proposição de Zucco que tramita na ALRS. Conforme informações fornecidas no evento, as crianças e adolescentes vítimas têm como destino principal as redes de exploração sexual e, depois, as redes de venda de órgãos e tecidos humanos.

Charles Bittencourt destacou a importância e complexidade do tema que trata “não apenas a vida em si, mas da liberdade de crianças e adolescentes e do convívio familiar”. Conforme o magistrado é necessário adotar medidas para frear o aumento no número de crianças e adolescentes desaparecidos, que cresce 10% a cada ano no Brasil: “A AJURIS é uma grande parceira e temos esse compromisso estarmos juntos e em todos os momentos que essa Casa nos chamar”.

O diretor de Assuntos Legislativos da AJURIS Luís Antônio de Abreu Johnson vai participar do Grupo de Trabalho para tratar do tema.

Assunto: Exposição de artesanato de adolescentes da Funase entra em cartaz em shopping de Caruaru

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 07/05/2019



O público que passar pelo Caruaru Shopping, no Agreste do Estado, nesta semana, vai ter a chance de praticar a responsabilidade social. Uma exposição de artesanato produzido por adolescentes da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), está montada na Feira Livre Cultural, dentro do centro de compras. A mostra entrou em cartaz nesta segunda-feira (6) e estará aberta das 10h às 22h até o próximo domingo (12).



Os itens foram fabricados por socioeducandos da Casa de Semiliberdade (Casem) Caruaru, com o acompanhamento de agentes socioeducativos que atuam como instrutores oficinairos. O destaque no catálogo de itens são caminhas para cães e gatos, feitas com pneus reaproveitados cobertos com espuma e tecido colorido. O produto, lançado no mês passado, vem tendo boa aceitação do público. Disponibilizado em três tamanhos, o material é vendido por valores que vão de R\$ 50 a R\$ 80.

Também compõem a exposição pufes, mesas de centro, chaveiros e uma adega, todos com preços entre R\$ 3 e R\$ 250. Sandálias decoradas e bolsas femininas produzidas por socioeducandos da Casem Garanhuns, também administrada pela Funase, se juntaram pela primeira vez ao catálogo da mostra. “Esse é um trabalho social muito importante. Além de desenvolverem a criatividade, os adolescentes vivem momentos de integração com os profissionais que atuam na unidade e aprendem uma vocação que pode se transformar em fonte de renda quando deixarem a Funase”, avalia a coordenadora geral da Casem Caruaru, Anabel Brandão.

A renda arrecadada com a comercialização dos produtos será usada na compra de materiais para a realização de novas oficinas produtivas na Casem Caruaru. Outra parte será dividida entre os socioeducandos e oficinairos que participaram das atividades.

SERVIÇO - Feira Livre Cultural com artesanato produzido por adolescentes da Funase

Data: de 6 a 12 de maio de 2019

Horário: das 10h às 22h

Local: Caruaru Shopping – Rua Adjar da Silva Casé, 800 - Indianópolis, Caruaru-PE